



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Macau é uma terra pequena, com muita gente e com alta densidade populacional. No entanto, há vários casos que demonstram que o Governo não foi proactivo no aproveitamento dos preciosos recursos de solos, a fim de melhorar a qualidade de vida da população. O terreno destinado à construção do Parque *Oceanis*, na Estrada Almirante Marques Esparteiro, na Taipa, foi concedido em 1997, já se passaram mais de 21 anos e o parque não foi construído conforme o plano, o terreno está desaproveitado há muito tempo, e os terrenos públicos adjacentes são suspeitos de ocupação ilegal, por longos períodos de tempo, para a colocação de equipamentos e materiais da construção civil.

Segundo o contrato de concessão publicado no Boletim Oficial em 12 de Março de 1997, o terreno em causa tem uma área de 134 891 metros quadrados, e tem por finalidade a construção do Parque *Oceanis* (aquário, jardim botânico, etc.), e de uma série de instalações turísticas; o contrato define o prazo de aproveitamento do referido terreno, por exemplo o prazo de 24 meses para a conclusão da construção das infra-estruturas das zonas A, B, C e D por parte da empresa. A concessão por arrendamento do referido terreno já aconteceu há mais de 21 anos, ainda não expirou o prazo máximo de 25 anos de arrendamento, mas não restam dúvidas de que a concessionária não finalizou o desenvolvimento definido durante o período de aproveitamento. Segundo os dois princípios da Lei de terras - “assegurar o



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

uso oportuno e racional dos terrenos e otimizar a utilização de solos” e “recai sobre o governo o dever de acompanhar as situações dos terrenos concedidos ou ocupados e aplicar as sanções que ao caso couberem, nos termos da presente lei ou do contrato, para que o fim a elas inerente seja salvaguardado” -, o Governo tem a responsabilidade de acompanhar as situações dos terrenos concedidos ou ocupados, para esclarecer, quanto antes, o público.

Nos últimos dez anos, o ambiente económico e social de Macau sofreu mudanças drásticas, portanto, se tivessem sido construídas habitações públicas ou outras instalações sociais no terreno do Parque *Oceanis*, estou em crer que se teria respondido de forma significativa às necessidades da população, elevando a sua qualidade de vida. Assim sendo, apelo ao Governo para reaver o terreno concedido, acompanhar a situação de ocupação ilegal dos terrenos nas proximidades, bem como para proceder, o mais cedo possível, a um novo planeamento, para que o terreno seja mais bem aproveitado. A par disso, o Governo deve retirar ensinamentos do passado para melhorar a gestão dos recursos de solos, evitando que se repitam situações que prejudicam gravemente o interesse público, tais como o não aproveitamento de terrenos e a ocupação ilegal de terrenos do Estado.

Assim sendo, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. A sociedade está atenta ao acompanhamento da situação do aproveitamento do terreno do Parque *Oceanis*, e o Governo apenas



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

respondeu que “está a acompanhar a situação”, não divulgou o ponto de situação dos procedimentos de tratamento, nem disse se vai ou não penalizar a concessionária do terreno. Qual é o ponto de situação dos trabalhos de acompanhamento do terreno? Existe alguma calendarização para a recuperação do terreno?

2. Com vista a racionalizar os recursos de solos, o Governo deve proceder a uma análise pormenorizada dos terrenos cujo prazo de aproveitamento já expirou mas ainda não foi ultrapassado o limite máximo de 25 anos, bem como ao respectivo acompanhamento da situação. Vai fazê-lo?
3. Os terrenos públicos próximos do Parque *Oceanis* são suspeitos de ocupação ilegal, por longos períodos de tempo, para a colocação de equipamentos e materiais da construção civil. Qual é o ponto de situação do tratamento deste caso de ocupação ilegal? Nestes últimos anos, verificaram-se casos semelhantes de ocupação ilegal de terrenos, assim sendo, como é que o Governo vai combater os actos de ocupação ilegal de terrenos públicos?

O Deputado à Assembleia Legislativa,

Leong Sun lok

1 de Novembro de 2018